

COLÉGIO LYCEU: história, memória e ressignificações sociais para a sociedade goiana

Ana Paula Carolina da Silva

Licenciada em História no Instituto Superior de Educação Alfredo Nasser -UNIFAN
paulacarolina30@bol.com.br

Paulo Cesar Soares de Oliveira

Doutorando em Educação (PUC-GO), Mestre em Educação (UFG), graduado em História (UFG), professor e intérprete de LIBRAS (PROLIBRAS). Professor efetivo de LIBRAS/ História da SEDUC-GO, docente no Instituto Superior de Educação Alfredo Nasser -UNIFAN
libras.paulo@hotmail.com

Maria Zeneide Carneiro M. de Almeida

Doutora em História(UNB). Pós-doutoranda em Educação (UFU).Mestre em História e Filosofia da Educação(UNICAMP). Pedagoga (UCG/PUCGO). Ex-professora Adjunta -FE/UFG. Professora Adjunta-PUCGoiás-PPGE-Linha de Pesquisa: Educação, Sociedade e Cultura. Líder do Diretório/CNPq/GP-EMCES/HISTEDBR
zeneide.cma@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar o processo histórico dos Colégios Lyceus em Goiás. Sendo esta Instituição de Ensino criada desde a Idade Antiga com os gregos e que enquanto instituição de ensino vem se ressignificando ao longo das eras. Sendo restabelecida no decorrer do século XVIII na Europa, e se expandindo por diversas partes do mundo. No Brasil, sua construção foi inspirada no modelo europeu, no período imperial, com a criação do Colégio Pedro II, fundado na cidade do Rio de Janeiro, como modelo a ser seguido pelas outras partes do país. Em Goiás, o colégio Lyceu acompanhando as mudanças políticas, sociais e educacionais do país, foi se ressignificado várias vezes ao longo da história da educação goiana. A presente pesquisa bibliográfica busca perceber essas significações e compreender o processo que levou o Colégio Lyceu de Goiânia a ganhar o *status* como referência de ensino de qualidade para sociedade goianiense. E como ele ainda, permanece no imaginário coletivo e na memória dos sujeitos que se referem a ele como sendo um *locus* no passado nos anos de glória em que formava a elite goiana.

Palavras-chave: História da Educação. Memória. Colégio Lyceu. Goiás.

Lyceu College: history, memory and social resignifications for the society Goiãna

Abstract

The objective of this research is to briefly present the historical process of the Lyceus Colleges in Goiás. This Teaching Institution was created since the Ancient Age with the Greeks and that as a teaching institution has been giving new meaning throughout the ages. Being reestablished in the course of the XVIII century in Europe, and expanding in different parts of the world. In Brazil, its construction was inspired by the European imperial model, and Colégio Pedro II, founded in the city of Rio de Janeiro, would be the model to be followed by other parts of the country. In Goiás, the Lyceu college, following the political, social and educational changes in the country, has been reframed several times throughout the history of education in Goiás. This bibliographic research seeks to understand these meanings and understand the process that led Colégio Lyceu to gain the status as a reference for quality education for society in Goiás. And as he still does, he remains in the collective imagination and in the memory of the subjects who refer to him as being a locus in the past in the glory years in which he formed the goianiense elite.

Keywords: History of Education. Memory. Lyceu College. Goiás.

Introdução

Esta pesquisa tem como intuito abordar a historicidade do Colégio Lyceu, desde a sua criação na Grécia como também a sua formação na França e seu desenvolvimento pela Europa, assim como sua ressignificação como locus e espaço de educação, poder e status ao longo do tempo. Buscou-se apresentar a chegada ao Brasil Império de um modelo educacional Francês, bem como entender como este modelo institucional implantado influenciou todo o território brasileiro inclusive Goiás.

Esta pesquisa com abordagem qualitativa, de forma sucinta e buscou apresentar como se deu o processo histórico dos Colégios Lyceus no mundo, no Brasil, e em Goiás. Tendo como ponto de partida o recorte espaço temporal o modelo de ensino criado em 335 A.C na Grécia. Perpassando pelo seu restabelecimento e ressignificação no decorrer do século XVIII na Europa e se expandindo como modelo e proposta para diversas partes do mundo inclusive o Brasil.

No Brasil, esta perspectiva de sistema educacional inspirada neste modelo europeu, como por exemplo, propicia a criação de uma das mais emblemáticas instituições educacionais do país, o Colégio Pedro II. Fundado na cidade do Rio de Janeiro em 1837, o Colégio Pedro II tornou-se referência e modelo para as outras

capitais e cidades do país. Em Goiás não foi diferente, influenciado pelo Colégio Pedro II, foi criado em 1846 na antiga capital de Goiás na Cidade de Goiás o primeiro colégio goiano neste formato e posteriormente com a mudança para a nova capital do estado, outro colégio é criado em Goiânia na primeira metade do século XX.

Para entendermos este processo histórico lançou-se mão de autores que tratam da história dos Lyceus, sua construção, e seus objetivos com relação à sociedade europeia, brasileira e goiana. Dessa forma, objetiva-se apresentar este processo para se chegar à história da instituição em Goiás no decorrer do século XIX e XX. Tanto as cidades envolvidas, quanto os Lyceus que nelas foram criados, no decorrer desse processo passaram pelas mais diversas transformações sociais. Sendo assim nos interessa entender as novas ressignificações que esta instituição representava no imaginário e que perdura na memória da sociedade goiana.

Para isso, iremos dialogar com os respectivos autores: Barra (2011), Estudos de história da educação de Goiás (1830-1930); Barros (2017), O Tempo do Lyceu em Goiás: formação humanista e intelectual (1906-1960); Lee Goff (1990), História e Memória, entre outros.

Portanto, ao discutir as ideias de Lee Goff será aprofundada a ideia de História e Memória com relação à instituição de ensino colégio Lyceu. Lee Goff (1990, p. 39) esclarece que “a história da história não se deve preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica ou, melhor, a mentalidade história de uma época”.

Com relação à memória Lee Goff (1990, p. 40) traz que “o mesmo acontece com a memória. Tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica”.

Dessa forma o autor traz a importância de se conhecer a relação da história e da memória, podendo assim contribuir para o desenvolvimento da pesquisa com relação ao contexto histórico da instituição de ensino colégio Lyceu, sendo que para Lee Goff:

Tal como as relações entre memória e história, também as relações entre passado e presente não devem levar à confusão e ao ceticismo. Sabemos agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é

apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente (LEE GOFF, 1990, p.41).

Portanto, para se compreender o presente à necessidade de conhecer a história passada. Sendo que para Lee Goff (1990, p. 42) “a história é a ciência do tempo”.

Os Lyceus: várias origens e ressignificações.

As instituições de ensino como o nome de Lyceu¹ constam desde o mundo grego, sendo a primeira citação de um colégio criado em 335 A.C por Aristóteles. Rabelo (2010) esclarece que:

O liceu grego era uma instituição de ensino dos que pensavam cientificamente. Com o liceu Aristóteles tinha em foco o desenvolvimento da pesquisa, ele foi onde se produziu uma das primeiras bibliotecas conhecidas na história do ocidente, um centro de investigação com caráter marcadamente enciclopedista. As aulas assumiam o formato de discussões, lições ou comentários de obras (RABELO, 2010, p.79).

Respeitando as devidas realidades do espaço e tempo, bem como as proporções e distanciamento histórico que o termo carga em si, há a percepção que essa foi a primeira instituição voltada à educação denominada de Lyceu.

Em 529 d. C, o imperador Justiniano fecha as escolas filosóficas da Grécia entre elas a Academia e o Liceu, passando a Igreja Católica a absorver a educação. Com o fechamento do liceu grego, só voltáramos a escutar este termo para determinar uma instituição de ensino no advento do século XIX da França pós-revolucionária (RABELO, 2010, p. 79).

Após a decadência das sociedades greco-romanas, e um longo período da Idade Média, esse nome surge novamente somente no ano de 1802. A moderna história dos colégios Lyceus se dá a partir do século XIX na Europa, especificamente na França. No decorrer do século XIX, durante o governo de Napoleão Bonaparte, surge sobre a influência do renascimento e valorização do mundo helênico. O termo que

¹ O autor utiliza a grafia da palavra Lyceu com a letra “i” em vez de “y”, mas como o Lyceu de Goiânia está grafado com a letra ‘Y’, optou-se nesta pesquisa utilizar de forma padrão Lyceu com ‘y’ e não com ‘i’, salvo as citações originais.

denominava a intuição resinificada como Lyceu neste momento surge e é criada com objetivos bem distintos do mundo antigo.

Para Rabelo (2010) na França revolucionária do século XVIII, especificamente desde 1789, verifica-se um anseio tanto das massas quanto dos líderes revolucionários em várias fases da revolução, por um clamor de uma educação pública, gratuita e para todos.

Mas com os desdobramentos da revolução e a Ascensão de Napoleão no poder, os franceses vislumbraram outra realidade educacional. Pois, foi adotada por Napoleão uma política autoritária centralizadora, e elitista que acabou influenciado os rumos da educação e o modelo de ensino francês do período.

Neste contexto o sistema francês foi totalmente reformulado, o novo modelo que surge acaba por servir de modelo e como inspiração para construção de diversas instituições em vários países ao redor do mundo.

Segundo Barros (2017, p.32), foi em “1802, já com o governo de Napoleão Bonaparte, que a legislação foi reformulada e foram criados os Lyceus, e cada um deles substituiu três escolas.” Que antes eram chamadas de Escolas centrais. Dessa forma, a partir daí, o ensino francês passa a ser organizado em escolas primárias, secundárias, Lyceus e escolas especiais.

Para Barros (2017, p.38), “durante os primeiros anos do século XIX o ensino do liceu na França foi confundido com o ensino universitário.” Isto porque foi somente em 1833 que houve um plano administrativo educacional que passou a diferenciar os ensinos primário, secundário e superior francês.

No decorrer do século de XIX o colégio Lyceu tornou se um modelo de instituição de ensino para diversos países sendo conhecido por Colégio de ensino secundário. Mas, havia também outros tipos de instituição de ensino como estabelecimentos privados e as escolas confessionais.

Em Portugal, por exemplo, Barros (2017) aponta que o país foi influenciado pelas ideias do ensino francês, e já em 1836 organizou seu sistema de ensino com os Lyceus.

O ensino liceal em Portugal apresentou uma organização curricular também humanista, porém impetrada de disciplinas científicas para a

formação geral dos jovens portugueses. [...], ou seja, apesar do currículo em Portugal ser parecido com o da França, o liceu tinha uma responsabilidade diferente do liceu francês (BARROS, 2017, p. 43).

Pois no decreto de Portugal de 1844 com relação à educação há determinações sobre a instrução primária, secundária e superior. O decreto deixa claro que a instrução secundária deveria permanecer nos Lyceus. Sendo que “em cada um dos doze liceus havia diferenciações que demonstravam a ordem política do país e como o governo controlava a educação” (BARROS, 2017, p. 44).

De fato, todo este percurso dos Lyceus desde a antiguidade passando pela França e até o sistema português eram instituições segundo Santos (2016) voltadas especificamente em prol da educação das classes dominantes, sem grandes aberturas para o grosso da população comum e carente.

No Brasil, o modelo de ensino no formato de Lyceus também se inicia no mesmo período que na Europa, na cidade do Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II foi construído em 1837 e como veremos a seguir, sua intencionalidade não diferencia socialmente e em questão de *status* e poder das instituições europeias.

Os Lyceus no Brasil.

A história dos Lyceus no Brasil se deu no decorrer do segundo reinado. Santos (2016, p.57) aponta que “no decorrer do Império, especialmente na segunda metade do século XIX, vários projetos de todas as modalidades de ensino são propostos na Corte com o objetivo de servir de modelo para as outras províncias”. Sendo que a partir da criação do Colégio Pedro II, no século XIX na cidade do Rio de Janeiro, foi surgindo por todo o Brasil os Colégios Lyceus tendo como modelo o Colégio Pedro II.

[...] o Colégio Pedro II objetivava, além de uma referência para os liceus provinciais, ser um estabelecimento da instrução secundária pública, com plano de estudos integral, estruturado em níveis ou séries, mas com estatutos e disposições inspirados nos liceus franceses. Devemos considerar que esta instituição tinha por finalidade educar uma elite intelectual, econômica e religiosa, sendo um padrão a ser seguido. Isso por si já comprometia o atendimento à população geral (SANTOS, 2016, p.68).

O Brasil se espelhou no modelo de Colégio Lyceu de Portugal e França. Dessa forma, possibilitando a expansão e transposição deste modelo para educação brasileira. A criação dos Lyceus se deu pela necessidade da expansão educacional sendo o primeiro² Lyceu a ser construído no Brasil, o Ateneu no Rio Grande do Norte em 1834, mas de acordo com a autora foram construídos vinte e um institutos de ensino “com a roupagem de ensino secundário”, porém passando por mudanças no decorrer do século XIX (BARROS, 2017, p.47).

Os colégios Lyceus sempre foram considerados e permearam o imaginário e a memória dos sujeitos que por ele foram formados, como uma instituição tradicional e revolucionária tendo como objetivo ampliar os conhecimentos daqueles que fizeram parte do seu meio social. Dessa forma, Barros (2017, p. 43) esclarece como estava organizadas as disciplinas e currículo no Brasil Império,

No plano da Instrução Secundária, estão contempladas as seguintes disciplinas para o liceu, divididas em cadeiras: 1º Gramática Portuguesa, e Latina, Clássicos Portugueses e Latinos; 2º Francês e Inglês e suas Gramáticas; 3º Ideologia, Gramática Geral e Lógica; 4º Moral Universal; Aritmética e Álgebra, Geometria, Trigonometria e Desenho; 5º Geografia, Cronologia e História; 6º Física, Química, Mecânica Aplicada às Artes e Ofícios; 7º História Natural dos três Reinos da Natureza; 8º Economia Política, Administração Pública e Comércio; 9º Oratória Poética, Literatura Clássica especialmente a portuguesa.

Com um ensino tão arrojado e de alto nível, fica claro que as instituições de ensino Lyceu não foram construídas para a população comum iletrada, para as massas pobres e carentes dos centros urbanos do Império, e muito menos para os escravizados e advindos do continente africanos ou muito menos para as populações indígenas e seus descendentes. Fica claro que os Lyceus foram criados com um único objetivo atender as elites urbanas da sociedade brasileira.

O Lyceu em Goiás

² A ordem de criação dos Lyceus brasileiros foi a seguinte: Ateneu no Rio Grande do Norte em 1834; Lyceu Paraybano 1836; Lyceu da Bahia em 1836; Lyceu de Pernambuco em 1837; Colégio de Santa Catarina em 1837; Colégio de Pedro II no Rio de Janeiro em 1837; Lyceu de Maranhão em 1838; Lyceu Imperial no Rio de Janeiro em 1839; Colégio em Minas Gerais em 1839; Lyceu do Pará 1841; Lyceu do Ceará em 1844; Lyceu do Espírito Santo em 1845; Lyceu do Piauí em 1845; Lyceu Dom Afonso no Rio Grande do Sul em 1846; Lyceu de Curitiba em 1846; Lyceu de Taubaté em São Paulo em 1846; Lyceu de Goyaz em 1846; Lyceu Sergipe em 1847; Lyceu do Mato Grosso em 1848; Lyceu de Alagoas em 1849; Lyceu do Amazonas em 1859 (BARROS, 2017, p.47).

Ribeiro (2011, p.61-62) explica que “o liceu de Goiás foi o 17º a ser criado no Brasil através da Lei nº. 9, aprovada em dezessete de junho de 1846, e o 12º a ser instalado, em 23 de fevereiro de 1847”.

A localidade escolhida foi “em uma varanda e uma sala nos fundos do andar térreo da Casa da Tesouraria, na cidade de Goiás, o Liceu acompanhou toda a história de Goiás e da educação do estado” (RIBEIRO, 2011, p.62). Mas, seu início foi problemático, conforme aponta Ribeiro (2011, p. 62),

A primeira escola secundária da província, e tinha como objetivo formar e preparar os alunos goianos para os cursos superiores nos centros do País e mesmo fora dele. Desde a sua fundação, seu alcance se limitou a preparar alunos para os exames exigidos para a conclusão do secundário e entrada nos cursos superiores, somente realizados sob o controle e a autorização do Colégio Pedro II. Isso percorreu todo o Período Imperial.

Dessa forma, percebe-se que ocorreram limitações e deformidade com o modelo criado na capital do país, algumas dificuldades com relação à instalação do Colégio Lyceu na cidade de Goiás por não possuir uma estrutura e local adequado para se iniciar o processo de ensino secundário.

Apesar de a finalidade do Liceu ser a formação de alunos que visavam à preparação para os exames que dariam acesso ao Ensino Superior, desde 1838 havia uma discussão sobre a possibilidade de criação de “um Liceu” que, além de reunir as diferentes aulas, também fosse o endereço de onde sairiam “mestres para as escolas” [...] Em funcionamento em 1847, o Liceu seria chamado a suprir a demanda pela formação de professores de instrução primária em 1850 (BARRA, 2011, p. 35).

Sendo que Barra (2011) esclarece, por dificuldades do presidente de *Goyaz* em exercício Eduardo Machado em possuir mão-de-obra qualificada, o mesmo sugere que se amplie o ensino no Lyceu Goiás visando contribuir para formação de professores para o ensino primário. Percebe-se que a formação de professores é um gargalo da educação goiana e das demais capitais do interior do país que começou na gênese destes sistemas e perpetuam até os dias atuais.

Por mais que o colégio Lyceu tivesse como objetivo o ensino secundário com finalidade de formar alunos para o ensino superior, a falta de profissionais capacitados obriga e impulsiona em Goiás serem desenvolvidas outras estratégias para atingir este

objetivo, foi instalada junto ao Lyceu “uma escola nacional para professores de instrução primária” (BARRA, 2011, p.37).

Com relação ao ensino no Colégio Lyceu Goiás, de acordo com Barros (2017, p. 51), se ministrava as seguintes matérias: Gramática Latina, Francês, Geometria, Retórica e Poética, Filosofia e História, “como se vê, todas voltadas ao humanismo e reunidas sob a direção de Padre Emigdio Joaquim Marques”. Com relação aos professores a autora esclarece que,

Apesar de alguns dos professores serem padres e o primeiro diretor também ter sido padre e ficado no cargo por 16 anos, o Lyceu nunca foi uma instituição religiosa, apenas contou com a participação da Igreja na medida em que o Estado brasileiro permitiu, principalmente nos anos imperiais, já que após a República essa relação foi sempre marcada por conturbadas disputas, e a carência de formação de professores sempre foi um dos vetores da inserção do clero na escola pública (BARROS, 2017, p.51).

Sendo que por mais que a religião católica não tenha se afastado da sala de aula percebe-se que sempre haverá a questão da laicidade no espaço escolar e a tensão entre o Estado e a Igreja por questões políticas e de poder no espaço escolar. O colégio “Lyceu de Goyaz” passava por diversos problemas, “muitos e por todo o século XIX continuaram”. Em 1847, primeiro ano de funcionamento, a maior dificuldade da província era a falta de professores e alunos (BARROS, 2017, p.54). Ainda segundo o autor:

Essas determinações de equiparação abriram às instituições de ensino secundário de todo o Império prerrogativas já pedidas pelos seus dirigentes. Na província Goiana a equiparação foi requerida pela Assembleia Legislativa algumas vezes, em sessões ordinárias, mas os pedidos foram negados por não cumprirem todas as exigências do regulamento, ora as instituições físicas ora a qualificação de professores, exigida por um governo que não proporcionava nenhuma iniciativa na área de formação de professores. [...] (BARROS, 2017, p. 59).

Pois além dos problemas que a instituição de ensino passava, citado por Canezin (1994), tinha também a falta de profissionais qualificados para compor o quadro de funcionários no Colégio Lyceu de ensino secundário, assim como nas

escolas de ensino primário, como traz Barra (2011). Dessa forma segundo Canezin (1994):

Não existia interesse pelo exercício do Magistério. Em 1858 havia 48 cadeiras de instrução primária – 16 preenchidas interinamente, 18 vitaliciamente e 14 vagas. Esse desinteresse explicava-se por um conjunto de fatores: salários inexistentes ou irrisórios, falta de qualificação, composição social e natureza essencialmente agrária da sociedade. Assim, a Escola Normal foi legalmente criada, mas a sua instalação não se efetivou (CANEZIN, 1994, p.18).

Com dificuldades para se criar uma escola para formação de professores devido à falta de profissionais na área da educação, no decorrer do século XIX passaram vários presidentes pela província, porém não se resolvia a problema em questão. Portanto, Canezin (1994) traz que:

A formação do professor foi tratada pelo presidente como uma necessidade, embora considerasse a Escola Normal inviável, em Goiás, devido a falta de professores habilitados para administrar o curso normal. Para solucionar esta necessidade, Antero Cícero de Assis apresentou a mesma proposta do presidente José Martins Pereira de Alencastro (1861 a 1862), que era a de submeter o pessoal que desejasse se dedicar ao ensino primário, na Província, ao estudo das matérias lecionadas no Liceu, “...como estímulo à aqueles que se vejam obrigados a cursar dois ou três anos o Lyceu, e depois sujeitaram-se à um exame público, procurem-se aumentar os vencimentos...” (CANEZIN, 1994, p.21).

Não resolvendo o problema, a falta de professores se arrastou por várias décadas sendo que de acordo com Barra (2011, p. 37) foi “instalada junto a Liceu em 21 de abril de 1884” a escola normal, pois não estabeleceu, sendo que “a cadeira de Pedagogia do Liceu foi restabelecida em 07 de janeiro de 1888”.

Com a queda do sistema monárquico e a chegada da República, tal mudança no cenário nacional político, inicialmente não ocorreu transformações importantes no sistema de ensino educacional, dessa forma Barros esclarece que:

Nos primeiros anos do novo regime, o Lyceu de Goyaz não sofreu transformações na sua forma e conteúdo, não deixou também de ter a organização anterior, a do Império, com o descaso à classe pobre tanto quanto no regime monárquico. A educação não sofreu avanços na forma como era gerida no século XIX, uma vez que as reformas

localizadas e pontuais foram feitas e as escolas iam seguindo o vai e vem de normas (BARROS, 2017, p.67).

Mesmo com a transição de poder o sistema de ensino permaneceu com as mesmas dificuldades, pois o Estado inicialmente não tinha intenção de investir na educação. Entretanto para Barros (2017, p. 68),

O Estado republicano não tinha intensão de assumir a criação de escolas em todo o território nacional, dando possibilidades a várias iniciativas particulares, tanto confessionais quando leigas que se faziam presentes em boa parte do Brasil. Essa iniciativa não foi reprimida pelos liberais, que entendiam que o Estado não precisava assumir a educação, mas que pressionado pelos grupos dos positivistas e católicos, não poderiam deixar a educação totalmente à deriva.

Ao início do Estado Republicano a luta por espaço e poder gerou constantes atritos por parte de grupos diversos da elite brasileira. Barra (2011) salienta que,

O ideário republicano do século XIX, o qual defendia um projeto de formação do povo-cidadão por meio da escola, não ecoou significativamente em terras goianas. A escolarização ficou relegada a um plano secundário, uma vez que os conflitos pelo controle da máquina estadual ocuparam o centro das preocupações das elites no poder. (BARRA, 2011, p. 235)

Sendo que se trata de um período ao qual ocorreram diversas mudanças, para Barra (2017, p. 65) “tais mudanças bruscas e inovadoras tomaram de surpresa os institutos dos estados recém-formados, causando frenesi na população goiana e uma expectativa na comunidade do Lyceu”.

A distinção entre passado e presente é um elemento essencial da concepção do tempo. É, pois, uma operação fundamental da consciência e da ciência históricas. Como o presente não se pode limitar a um instante, a um ponto, a definição da estrutura do presente, seja ou não consciente, é um problema primordial da operação histórica. A definição do período contemporâneo nos programas escolares de história é um bom teste para esta definição do presente histórico (LEE GOFF, 1990, p.179).

No decorrer do processo de constantes transformações no início do século XX a questão da educação em Goiás “tomou nova formatação e tornou-se propaganda política ao progresso”, nesse sentido, passando a ver a educação como base para transformação. Sendo que “por esse motivo afirmamos que o grupo de intelectuais

formado no Lyceu se diversificou, mas não deixou de ser a elite do Estado, que apenas ampliou-se em número e na origem” (BARROS, 2017, p.137).

Igualmente a educação no Lyceu de Goiás e o momento de transição de Império para República, Goiás passava por uma “efervescência política” ocorrendo mudanças radicais no Lyceu nos anos de 1880. Sendo que passando esse período com a Proclamação da República, o Colégio voltou aos seus moldes anteriores procurando preservá-lo (BARROS, 2017, p.60-61).

Com relação ao Estado republicano, em Goiás, segundo Barra (2011),

Na configuração do Estado republicano em Goiás, os investimentos com instrução primária não foram suficientes para ampliar a rede escolar, muito menos para uma ação mais efetiva capaz de diminuir a alta taxa de analfabetismo, o que levou as elites dirigentes a recorrerem aos municípios e a delegar-lhes essa responsabilidade. Desse modo, o Estado ficou responsável apenas pela instrução secundária do Lyceu e Escola Normal e as subvenções ao Ensino Superior (BARRA, 2011, p.235).

Com relação ao ensino primário no decorrer do período, Barra (2011) define que “nessa realidade conflituosa, os diferentes grupos oligárquicos no poder estadual representaram a instrução primária como um fardo difícil de carregar, que não produzia resultados efetivos”. Logo, a educação sempre foi colocada como um problema para as elites brasileiras com isso “o processo de escolarização caminhou a passos lentos na constituição de uma rede de escolas primárias, não houve ampliação significativa do número de escola e do atendimento às crianças” (BARRA, 2011, p.236).

A distinção passado/presente que aqui nos ocupa é a que existe na consciência coletiva, em especial na consciência social histórica. Mas torna-se necessário, antes de mais nada, chamar a atenção para a pertinência desta posição e evocar o par passado/presente em outras perspectivas, que ultrapassam as da memória coletiva e da História.[...] (LEE GOFF, 1990, p.180)

Nessa perspectiva, Lee Goff (1990) discutiu a importância de ligar o passado ao presente, podendo assim aprofundar com conhecimento histórico. Dessa forma, daremos continuidade ao artigo trazendo de forma histórica a construção de Goiânia e seu desenvolvimento.

O colégio Lyceu de Goiânia.

Um das primeiras instituições de ensino da nova capital, a cidade de Goiânia, foi o Colégio Lyceu. O Lyceu de Goiânia foi construído em 27 de novembro de 1937, apesar de sofrer influência arquitetônica consoante com a da nova capital, o que lhe daria um ar de novidade e de distinção com o antigo Lyceu da Cidade de Goiás, sua função social e ideológica quanto seu status na sociedade goianiense ainda se baseava no modelo europeu.

Com relação ao Colégio Lyceu em Goiânia sua transferência da Cidade de Goiás se deu em 1937 para Cidade de Goiânia passando por vários nomes referentes ao mesmo lugar. Para Barros (2017, p. 170):

Durante os anos de 1937 e 1942 o nome da instituição permaneceu Lyceu de Goyaz, apesar de já esta em Goiânia, apenas com a publicação das leis orgânicas de Gustavo Capanema essa denominação mudou e o instituto passou a chamar-se Colégio Oficial de Goiás em 1943, Colégio Estadual de Goiás ainda em 1943 e Colégio Oficial de Goiânia em 1946, quando a sucursal do Lyceu na cidade de Goyaz passou a se denominar Ginásio Oficial de Goiás.

Sendo que o Colégio Lyceu foi construído em um momento conturbado, pois se tratava de um momento de transição da capital, da então Cidade de Goiás para a atual Goiânia, que foi realizada pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira, fundador de Goiânia.

Uma das preocupações da população exposta era também com relação à educação, pois não queriam que o colégio Lyceu fosse tirado da Cidade de Goiás (Vila Boa). Pois Mendonça (2018) traz que em uma “exposição em março de 1932”.

Ludovico afirma vagamente que o futuro da cidade de Goiás “precisa ser devidamente resguardado”. Entretanto, sua posição em dezembro do mesmo ano é bem mais enfática e conclusiva, ao afirmar que manteria o Lyceu, a Escola Normal, as companhias do Exército e da Força Pública bem como “outras repartições que estimulem a sua vida e que lhe emprestem importância”, sem prejuízo de favorecer ao uber “por outros meios tendentes a evitar o seu perecimento” (MENDONÇA, 2018, p.354).

Com a exposição pode perceber que o objetivo seria tranquilizar a população vilaboense, dessa forma evitando constrangimentos, pois “as reivindicações da

população da Cidade de Goiás por melhoramentos em seu espaço urbano e os compromissos pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira” de não desampará-la.

Com a mudança da capital para Goiânia as mudanças das instituições públicas ocorreriam mais cedo ou mais tarde, sendo que o Colégio Lyceu se encontrava entre essas instituições que com o devido processo de mudança foi transferido em 1937. Portanto, para os autores, “o Liceu representava o desenvolvimento cultural” da cidade (BRETAS, 1991, p.260 apud, DIAS, 2018, p. 39).

Em relação aos objetivos da criação do Liceu, um dos principais era a de preparar moços para o ingresso nas academias. Porém, o Liceu goiano não apresentava resultados satisfatórios, o que validou a proposta do presidente Olímpio Machado, em mensagem de 1850, que afirmava que, diante da improbabilidade de criar uma Escola Normal, criaria assim, uma cadeira de ensino primário a ser ocupada por professor desse nível e o dono da proposta seria inspetor geral da Instrução Pública, cargo ainda inexistente. Tal proposta não foi aceita, porém originou uma tendência de se entregar para um professor a inspeção geral do Liceu (DIAS, 2018, p. 39).

Mas, mais uma vez as questões financeiras e estruturais iriam interferir no objetivo e na função desta instituição. Com a mudança para a nova capital, inicialmente o Lyceu de Goiânia passou por algumas dificuldades como “falta de verbas” e falta de mão-de-obra qualificada para o Colégio, com a cidade em desenvolvimento essas dificuldades seriam previstas, mas “o progresso foi aos poucos aparecendo” (DIAS, 2018, p.39).

Desse modo, à medida que melhorava a frequência, melhorava também o corpo docente, no que se refere à didática aplicada. O material didático vinha de outras províncias e até mesmo goianos formados em outras academias voltavam e passavam a fazer parte do corpo docente daquela instituição, cheios de ideias novas e conhecimentos diferenciados adquiridos nas capitais (DIAS, 2018, p.40).

Mesmo com a mudança do Lyceu para Goiânia, ainda sim foi mantida suas características sendo que o mesmo foi construído no modelo europeu assim como os demais por todo país.

A estrutura arquitetônica do prédio da instituição era usada como outro mecanismo para ressaltar a identidade educacional escolar, além de expressar o projeto político do cenário educacional envolvido diretamente com os

grupos sociais, identificando assim as representações do estabelecimento de ensino no imaginário social goianiense (DIAS, 2018, p.60).

O Colégio Pedro II no Rio de Janeiro teve uma influência extremamente importante na construção do Colégio Lyceu em Goiânia, pois sua representação contribuiu com grandiosidade para com a cultura goianiense. Pois, para Santos (2016, 71) “é inegável que a criação de uma Escola Normal tenha sido inspirada no modelo educacional das grandes sociedades europeias.

No período de 1938, a procura por vagas no Colégio Lyceu em Goiânia foi bastante expressiva, pois se trata do “primeiro ano de funcionamento da instituição na capital” (BARROS, 2017, p.171). A autora esclarece que “o Lyceu em Goiânia não deixou de ser a instituição para o fim a que foi criada, e com o currículo humanista, preservado pela legislação, continuou a sua formação propedêutica e elitista” (BARROS, 2017, p.174).

O Lyceu de Goiânia continuou usufruindo da situação de escola tradicional no estado e preservando-se como instituição centenária na formação dos intelectuais goianos. A propaganda de que o Lyceu formou grandes nomes de Goiás sempre foi utilizada para a preservação do que fora construído na sua história e condição *sine qua non* para a permanência da instituição como formadora da elite (BARROS, 2017, p.200).

De acordo com Barros (2017, p. 188), a “formação oferecida no ensino secundário tradicional dos anos de 1940 e 1950 ainda tinha a preocupação de formar as bases da intelectualidade brasileira, regional, voltada a preservar o que havia nos seus Estados”. Pois, a instituição de ensino tinha como objetivo formar os filhos da classe dominante para que os mesmos mantenham as tradições familiares, portanto, segundo Barros (2017, p. 189),

o intelectual previsto pelo ensino humanista teria a função de se unir à classe dominante e manter as tradições, manter as oligarquias no seu lugar de poder. Para tanto, vê-se nesse texto que o currículo foi preservado alheio às propostas da profissionalização.

Percebe-se que o ensino no Colégio Lyceu de Goiânia era exclusivamente para aqueles que possuíam melhores condições econômicas, não sendo atribuídas vagas à classe

trabalhadora desprovida de recursos financeiros. De acordo com Barros (2017, p. 199-200),

pode-se afirmar que o Lyceu após 1946 abriu uma quantidade maior de vagas, o que deu à instituição uma forma diferente do existia antes, mas isso não tirou da instituição a importância como tradicional e formadora da elite. A configuração social de Goiás mudou, já que a elite nestes anos passou a ser integrada por grupos distintos que passaram a fazer parte da nova cidade que, ainda em crescimento, revelava uma nova sociedade.

Barros (2017, p.189) esclarece que “o ensino secundário foi sendo reorganizado através de vários Decretos e Portarias em vários aspectos de ordem administrativa e pedagógica”. Dessa forma, o ensino tradicional do Colégio Lyceu de Goiânia, segundo Barros (2017, p.192) se dá após a “Constituição de 1946 que previa a elaboração da LDB, o que se viu no ensino secundário foi uma adaptação frequente à nova realidade instalada no país” ocorrendo aumento de vagas e construções de mais instituições de ensino. A autora esclarece que,

a relação entre aumento de matrículas e desvalorização do ensino humanista deve ser entendida como resultado de várias políticas de desenvolvimento do país, que sempre tiveram na escola especialmente a de nível médio e superior, um foco definido de formação dessa instituição para o melhor atendimento às demandas econômico-sociais. Necessário o entendimento de que as matrículas do ensino secundário foram, desde o século XIX, limitadas apenas pela estrutura física da instituição que a oferecia, ou seja, se a capacidade total do prédio não houvesse sido preenchida os alunos seriam aceitos na medida do seu interesse pelo ensino e aprovação do exame de admissão (BARROS, 2017, p.206).

Dessa forma, percebe-se que por mais que o aluno tivesse a intenção de estudar no Colégio Lyceu era necessária a realização de um processo seletivo.

No decorrer do processo de industrialização o sistema educacional tornou-se preocupação do Estado de forma efetiva após o governo de Getúlio Vargas (1930-1934), pois a preocupação se dava em alfabetizar a sociedade para contribuir com o sistema capitalista no decorrer da industrialização e das transformações as quais o país estava passando tendo necessidade de pessoal instruído e mão-de-obra qualificada. Sendo que durante o século XX ocorreram constantes reivindicações para que a educação se tornasse um direito de toda sociedade. Com o passar dos anos, e por meios

de lutas, foi possível a inclusão da classe trabalhadora no sistema educacional do país, pois a educação formal era privilégio de poucos.

Estas novas configurações do sistema educacional no Brasil também reconfigurou a educação, os alunos e os sujeitos que ocupariam o espaço dos Lyceus no Brasil e em Goiás. Com os novos arranjos e reformulações do sistema educacional e ao ser inserido no sistema das escolas públicas para ofertar educação para todos. Os colégios Lyceus novamente se reconfiguram sua função e significados sociais. Pois, paulatinamente foi perdendo seu *status* de grande instituição de ensino como também investimentos são cada vez menores para estas instituições.

Esta nova fase do Lyceu como toda a história da educação brasileira pode ser analisada de pelo menos duas formas. Uns analisariam esta fase a sua disponibilização da tradição e qualidade de ensino em um período que muitos chamariam de democratização, pois agora todos poderiam acessar seus ensino e ocupar seus espaços. Outros analisariam este mesmo fenômeno como uma época de decadência e de final do glamour, *status* e função social que esta instituição desempenhou um dia para a elite e a sociedade goiana.

Considerações finais

Ao estudar a história do Colégio Lyceu e da educação goiana e goianiense percebe-se as mesmas contradições sociais e estruturais da sociedade brasileira como um todo em várias épocas e modelos políticos. Constatou-se que apenas os filhos da elite brasileira tinham o privilégio de frequentar a instituição de ensino do nível dos Lyceus, pois para ter-se condição de frequentar o Colégio Lyceu e conseguir acompanhar o currículo ali adotado e as disciplinas elencadas, necessitaria como dirá Bourdieu de um capital social e cultural para passar por um processo seletivo rigoroso ao qual somente os filhos da elite goiana conseguiriam passar e permanecer incluídos no sistema educacional referido. Não admirar-se que o Colégio Lyceu permanecesse como referência de ensino de qualidade para sociedade goianiense e ainda permanece no imaginário coletivo e na memória dos sujeitos que se referem a ele como sendo um *locus* no passado nos anos de glória em que formava a elite goiana.

Ao pesquisar a história do Colégio Lyceu foi possível constatar a importância

da instituição de ensino no Brasil e o quanto ela contribuiu para com o desenvolvimento da sociedade brasileira sendo que foi uma das primeiras instituições de ensino secundário em diversas cidades brasileiras sendo desenvolvida de acordo com o modelo e característica europeia.

Portanto, conclui-se esse trabalho com a certeza da necessidade de outros estudos, principalmente no que se refere à influência da instituição Lyceu no desenvolvimento da sociedade goiana e a inserção do povo goiano no sistema educacional, bem como sua permanência no imaginário coletivo e na memória dos sujeitos que a ela se referem.

Referências

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. **Estudos de história da educação de Goiás (1830-1930)**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

BARROS, Fernanda. **O Tempo do Lyceu em Goiás: formação humanista e intelectuais (1906-1960)**. Jundiá: Paco, 2017.

CANEZIN, Maria Teresa. **A Escola Normal em Goiás** / Maria Teresa Canezin e Walderês Nunes Loureiro. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

DIAS, Jane Marciane Alves. **Práticas pedagógicas do Instituto Estadual de Educação de Goiás no período militar - 1964-1984**. 109.f. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade de Goiás (PUC-GO), 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.] - Campinas: Editora da UNICAMP, 1990 (Coleção Repertórios).

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. **A invenção de Goiânia: o outro lado da mudança**. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 2018.

RABELO, Rafaela Silva. **“Quando fui professor de matemática no Lyceu de Goiânia”**...[manuscrito]: um estudo sobre prática docente imersa nas permanências e mutações da cultura escolar na década de 1960 / Rafaela Silva Rabelo. - 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Mestrado em Educação em Ciências e Matemática, 2010.

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. **Cultura Histórica e História Ensinada em Goiás - (1846-1934)** [manuscrito] / Miriam Bianca Amaral Ribeiro. - 2011. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História.

SANTOS, Alessandra de Oliveira. **“Entre afirmações e caos: Lyceu e a Instrução Secundária Oitocentista”** [manuscrito] / Alessandra de Oliveira Santos. – 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2016.

Submissão: Jan. 2020

Aprovado: Mar. 2020